

Quando a Música Cura: Um Passeio pela História da Musicoterapia Comunicação

GTE 12 -

Ensino de música, inclusão e anticapacitismo

Larissa Rayane de Moraes Dias

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

larissadias333333@gmail.com

Ítalo Soares da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

italo_so.silva@hotmail.com

Resumo: Há milhares de anos, coexistem concepções mágicas e místicas sobre a influência da música no corpo e na mente humana. O presente artigo, intitulado “ **Quando a Música Cura: Um Passeio Pela História da Musicoterapia**”, tem como objetivo principal apresentar como a Musicoterapia surgiu e se desenvolveu em âmbito nacional e internacional. Entre os objetivos específicos, destacam-se ampliar a compreensão sobre o que é a Musicoterapia e identificar os principais acontecimentos históricos que impulsionaram a consolidação e o reconhecimento dessa prática, hoje validada por estudos científicos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa, bibliográfica e exploratória, fundamentada em revisão de literatura, que amplia parte do estudo que desenvolvi em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Por meio desta pesquisa, conclui-se que, desde os primórdios da humanidade, a música exerce papel essencial na promoção da saúde, ao passo que a Musicoterapia, enquanto área estruturada, dá continuidade a esse legado. Assim, esta obra propõe um “passeio” pela trajetória da Musicoterapia, evidenciando o valor da música, desde tempos remotos, como meio de cuidado, prevenção e promoção da saúde.

Palavras-chave: trajetória da Musicoterapia; prática terapêutica; saúde integrativa.

Introdução

A ideia de que a música é uma arte que cura transcende séculos e culturas, sendo relevante em várias épocas e lugares, ultrapassando, assim, fronteiras históricas e geográficas. Quando comecei a pesquisar sobre o contexto histórico da Musicoterapia, para compor meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em Música, descobri que essa prática se consolidou como área de estudo, de forma sistemática, no século XX. Motivada pelo desejo de conhecer mais sobre essa história, aprofundi minhas pesquisas e tive uma nova surpresa:

a relação entre música e saúde é muito mais antiga do que imaginava, uma vez que, de acordo com diversos estudos, a música acompanha a humanidade desde a Antiguidade.

Foi por meio dessa busca inicial que constatei haver poucos registros completos e sistematizados sobre a trajetória da Musicoterapia, tanto em língua portuguesa quanto em língua inglesa, o que evidencia a relevância desta pesquisa para ampliar o reconhecimento histórico da área. Percebi, também, que a definição do que é Musicoterapia ainda é pouco compreendida por muitos. Consequentemente, a falta de informação pode levar a uma percepção equivocada sobre a natureza dessa prática. Cabe destacar que, até realizar uma atividade na disciplina de Educação Musical Inclusiva, no terceiro período do curso de graduação mencionado anteriormente, eu não tinha conhecimento prévio sobre essa área.

Ao iniciar minha pós-graduação em Musicoterapia, no início de 2025, tive acesso a diversos livros e estudos que ampliaram minha compreensão sobre o tema, evidenciando como essa prática evoluiu de uma abordagem predominantemente simbólica, intuitiva e, muitas vezes, religiosa para um campo respaldado por fundamentos científicos. Diante desse cenário, surgem questionamentos pertinentes: por que a definição da Musicoterapia permanece desconhecida por tantos, mesmo com seus benefícios já comprovados por diversos estudos? E de que maneira a compreensão histórica da Musicoterapia pode inspirar e fortalecer a prática atual?

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal apresentar como a Musicoterapia surgiu e se desenvolveu em âmbito nacional e internacional. Para tal, busca-se ampliar a compreensão sobre a definição dessa prática, além de destacar os principais acontecimentos que contribuíram para sua consolidação como área terapêutica reconhecida cientificamente. À luz disso, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, fundamentada em revisão de literatura. Isto posto, o presente artigo está organizado da seguinte forma: introdução, metodologia, definição da área estudada, contexto histórico da Musicoterapia e conclusão. Por meio desta obra, oferece-se ao leitor a oportunidade de percorrer um passeio histórico em que cada página revela fragmentos de uma tradição milenar que une música e cura desde os primórdios da humanidade.

Metodologia

Segundo Appolinário (2011, p. 75), o estudo exploratório tem por objetivo “aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”. Partindo dessa premissa, este artigo busca aprofundar o entendimento sobre a área da Musicoterapia.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada em uma revisão de literatura que amplia e aprofunda reflexões iniciadas no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em Música. A abordagem qualitativa privilegia a descrição detalhada dos fenômenos, com ênfase na interpretação de seus significados e contextos. Nessa direção, a pesquisa bibliográfica exerce um papel fundamental, pois, conforme observa Severino (2007), caracteriza-se pelo levantamento, análise e interpretação de registros disponíveis, provenientes de investigações anteriores, como livros, artigos e teses.

A revisão de literatura concentrou-se em obras que abordam a trajetória da Musicoterapia, desde suas origens até sua consolidação como campo de estudo e prática profissional, identificando marcos históricos, transformações conceituais e influências socioculturais. A coleta de materiais foi realizada de forma sistemática em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e PubMed, além de periódicos especializados, como a revista da União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM) e a revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Foram utilizados descritores como “Definição da Musicoterapia” e “Contexto histórico da Musicoterapia”, complementados por livros que discutem o desenvolvimento da área em nível nacional e internacional. A seleção das fontes buscou contemplar diferentes perspectivas teóricas, assegurando uma análise ampla, consistente e bem fundamentada.

Música e Terapia - Definindo a Musicoterapia

Para aprofundar a compreensão sobre o que é Musicoterapia, este estudo utiliza como principal referência as ideias de Kenneth E. Bruscia, apresentadas em sua obra *Definindo Musicoterapia* (2016). Antes, porém, proponho uma reflexão inicial sobre o que entendemos

por música e por terapia, conceitos fundamentais para situar essa prática em seu contexto mais amplo como também específico.

Caro leitor, imagino que, se você chegou até aqui, a música tenha um lugar especial e importante em seu coração. Suponho ainda que, movido por esse interesse, você já tenha se perguntado: afinal, o que é música? Para responder a essa questão, filósofos, cientistas, pedagogos, psicólogos, artistas, entre outros profissionais, há séculos buscam a resposta ideal, mas sem alcançar uma definição universal. Isso porque a música transcende fronteiras culturais, linguísticas e científicas, envolvendo emoções, experiências subjetivas, dimensões artísticas e espirituais, que não cabem inteiramente em explicações científicas ou técnicas. Por isso, embora diversas áreas, como a neurociência, a psicologia e a sociologia, contribuam para compreender o efeito da música no cérebro, nas emoções e nas relações sociais, nenhuma delas abrange, isoladamente, toda a riqueza simbólica, cultural, subjetiva e experiencial da música. Por assim ser, Bruscia (2016, p. 23) enfatiza que “a música é compreendida como uma instituição humana na qual indivíduos criam significado e beleza por meio do som”. Complementando, “em termos simples, música é a arte de organizar sons ao longo do tempo” (Bruscia, 2016, p. 37), criando ritmos, melodias, harmonias e texturas capazes de provocar emoções, comunicar ideias e expressar significados.

No mesmo estudo, o autor informa que o termo “terapia” tem origem na palavra grega *therapeia*, que significa assistir, servir, ajudar ou tratar. Com base nesse entendimento, a prática terapêutica busca promover a saúde integral do cliente, envolvendo o corpo (relacionado aos aspectos físicos e fisiológicos), a psique (como pensamento consciente e inconsciente, sentimentos, atitudes e crenças) e o espírito (entendido como sentido de vida, valores e propósito), além da relação deste com a sociedade, a cultura e o ambiente em que está inserido. Para Bruscia (2016, p. 23), “cliente é definido como uma pessoa que necessita de ou procura a ajuda de outra pessoa devido a uma ameaça real, imaginária ou potencial para sua saúde, seja de natureza física, emocional, mental, comportamental, social ou espiritual.” Sendo assim, a prática terapêutica deve ser conduzida por um profissional habilitado, que planeja, executa e avalia procedimentos de forma intencional, com objetivos de promoção da saúde e transformação do cliente dentro de um vínculo estabelecido. Desse modo, trata-se de um processo organizado e ético.

Dado esse entendimento, a Musicoterapia é um campo híbrido que combina conhecimento e prática provenientes de duas principais áreas — Música e Terapia —, podendo integrar-se, simultaneamente, a outras disciplinas, como artes, saúde, medicina, educação, psicologia e ciências humanas. Essa característica transdisciplinar contribui para a riqueza teórica e metodológica da área, ao mesmo tempo que torna a definição desta complexa, devido à variedade de contextos, abordagens e orientações, sendo esse um dos possíveis motivos que dificultam a compreensão da área.

Na prática, musicoterapeutas podem trabalhar em escolas, buscando metas educacionais ou de desenvolvimento, ou então em hospitais, buscando metas relacionadas à saúde, e podem atuar em serviços de saúde mental com objetivos psicoterapêuticos ou em comunidades com objetivos socioculturais. Como resultado, a teoria musicoterápica pode ser esboçada a partir de disciplinas como a filosofia, a sociologia, a medicina, a antropologia cultural etc., enquanto a pesquisa musicoterápica pode contar com métodos encontrados nas artes, nas ciências exatas e nas ciências humanas (Bruscia, 2016, p. 34).

De acordo com o Dr. Benenson (1988), a Musicoterapia é uma prática inserida no campo da medicina, visto que a palavra '*medicina*' vem do latim e significa "ciência e arte de prevenir e curar enfermidades". Evidenciando o potencial terapêutico da música, esse autor destaca que, embora o musicoterapeuta não seja necessariamente um médico, este atua em um contexto que integra ciência e arte com fins terapêuticos, sendo habilitado a utilizar a música de forma intencional, com métodos, técnicas e objetivos definidos para prevenir, tratar e promover a saúde e o bem-estar. Conforme define Barcellos (2023, p. 20-21), trata-se de um processo que visa "facilitar, auxiliar, estruturar, direcionar, possibilitar, conectar e/ou explorar determinadas questões, necessárias para o desenvolvimento do paciente".

De forma geral, a prática musicoterapêutica compreende três etapas principais: a avaliação inicial, em que o profissional investiga as necessidades, potencialidades e objetivos do processo terapêutico por meio de entrevistas, observações ou sessões exploratórias; o tratamento, durante as quais o musicoterapeuta aplica diferentes técnicas específicas da área, e o paciente vivencia experiências musicais, como improvisação vocal ou instrumental, recriação de músicas, audição dirigida, composição musical, entre outras, sempre planejadas de forma intencional pelo musicoterapeuta para estimular aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais do paciente/cliente; e, por fim, a avaliação final, quando o

musicoterapeuta analisa os resultados alcançados, compara-os com os dados iniciais e decide se o processo será encerrado ou redirecionado, garantindo que os resultados sejam acompanhados de forma eficaz. Desse modo, “a musicoterapia é um processo que se desenvolve ao longo de um período de tempo. Para o cliente, o tempo envolve um processo de transformação; para o terapeuta, é uma sequência de intervenções ordenadas” (Bruscia, 2016, p. 22).

Distingue-se, portanto, de práticas recreativas ou pedagógicas envolvendo música, pois pressupõe a atuação de um profissional qualificado, respaldado por um referencial científico que legitima sua prática. Na Educação Musical, por exemplo, a música visa promover o desenvolvimento da inteligência musical do aluno, que, assim como a fala e a escrita, constitui um processo de inteligência adquirida. Nesse contexto, qualquer efeito terapêutico que possa ocorrer é indireto, não sendo o objetivo principal da prática pedagógica. Tendo isso em vista, reconheço que, tanto na Educação Musical quanto na Musicoterapia, é essencial que o trabalho seja conduzido de forma intencional e planejada, respeitando as singularidades de cada ser a fim de maximizar os resultados estabelecidos por cada área.

É essencial destacar que, apesar dos muitos benefícios que a música possa oferecer, o uso inadequado desta arte pode gerar efeitos adversos. A ausência de critério técnico e de acompanhamento qualificado pode resultar em impactos prejudiciais à saúde emocional, como a reativação de traumas, o aumento da angústia ou o reforço de padrões negativos. Em pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, a hipersensibilidade auditiva demanda cuidados específicos na escolha de sons, volumes e timbres.

Fragmentos Históricos de Quando a Música Cura

Neste trecho histórico, apresentarei como a Musicoterapia surgiu e se desenvolveu em âmbito nacional e internacional, destacando os principais acontecimentos que impulsionaram a consolidação e o reconhecimento dessa área. É por meio dessa ponte entre passado e presente que percorremos momentos, personagens e contextos que, desde práticas ancestrais (envolvendo mitos e saberes), contribuíram para transformar a relação entre música e saúde em um campo estruturado e cientificamente reconhecido.

Desde tempos muito antigos e em diferentes culturas, acreditava-se que a música tem poder de cura, tanto física quanto mental. Essa ideia é transcultural, pois não se restringe a um único povo ou época. Durante séculos, as justificativas de como a música poderia curar se apoiavam em interpretações de ordem cultural e social, como tradições, crenças e rituais. Em culturas pré-letradas, ou seja, que antecedem a sistematização da escrita, o conhecimento e as tradições são transmitidos oralmente. Por isso, para compreender como a música se fazia presente na Pré-História, estudiosos recorrem tanto a achados arqueológicos quanto à observação de sociedades pré-letradas mais recentes, já que, ao investigar como determinados povos indígenas ou comunidades tradicionais utilizam a música em rituais, cerimônias espirituais ou práticas de cura, é possível fazer suposições baseadas em indícios arqueológicos e estudos comparativos sobre como práticas semelhantes podem ter ocorrido no passado (Thaut, 2015).

À luz desse entendimento, Densmore (1954) investigou canções de cura entre os nativos americanos e constatou que existiam rituais específicos para diferentes enfermidades, nos quais cada tipo de canção ou dança estava relacionado a um tipo de cura. Em algumas sociedades pré-letradas, acreditava-se que essas canções tinham origem e transmissão diretamente atribuídas a fontes super-humanas, sendo reveladas a determinados membros da comunidade. A condução desses rituais era responsabilidade do curandeiro ou xamã, detentor do conhecimento e do repertório, responsável por definir a canção a ser entoada, o tratamento a ser realizado e o momento apropriado para a execução da prática.

Em geral, pode-se concluir que a música era frequentemente empregada como parte de rituais mágicos para controlar as forças imprevisíveis e inexplicáveis da natureza, para acalmar ou satisfazer forças metafísicas, como deuses ou demônios, e para combater doenças e a morte. Na história antiga, como ainda é evidente em sociedades pré-letradas, esses três domínios de controle da natureza, controle ou apelos a forças sobrenaturais e controle da vida e da saúde, devem ter sido altamente entrelaçados (Thaut, 2015, p. 4).

Neste cenário, pinturas rupestres, esculturas, estatuetas e diversos outros artefatos artísticos revelam que as primeiras mentes humanas eram mentes criativas e que o comportamento artístico faz parte da essência humana (Thaut, 2015). Segundo Riby (2023), evidências arqueológicas como flautas feitas de osso, instrumentos de percussão

confeccionados com osso e pedra, marcações em cavernas associadas a áreas de maior ressonância acústica e pinturas que retratam eventos musicais indicam que a música esteve presente desde os primórdios do desenvolvimento humano. Thaut (2015, p. 4) supõe que “os primeiros seres humanos podem ter tido a capacidade de pensar “música” cognitivamente como uma linguagem estética abstrata “sensorial” e, em seguida, atribuído significado expressivo a ela”. Complementando esse entendimento, de acordo com Zuckerkandl (1976, p. 7), a musicalidade é “um atributo da espécie humana.”

Com o advento das primeiras civilizações, iniciou-se o processo de separação entre os componentes mágicos, espirituais e físicos da medicina (Thaut, 2015). O surgimento da escrita, por sua vez, é considerado o principal marco de transição da Pré-História para a História. Nesse contexto:

Historiadores afirmam que as primeiras civilizações, ou seja, grupos maiores de pessoas vivendo em regiões e assentamentos mais ou menos permanentes e aderindo à costumes e sistemas de crenças comuns, surgiram na Mesopotâmia há 5000-6000 anos ao longo dos rios Eufrates e Tigre [...] Avanços em tecnologia, ciência e medicina, crescimento de cidades e o desenvolvimento de comunicação escrita (idioma e números), bem como a primeira evidência de notação musical por volta de 2500 a.C. (tabletes cuneiformes na cultura suméria da antiga Mesopotâmia), caracterizam o advento dessas culturas antigas (Thaut, 2015, p. 5).

A prática médica no Antigo Egito (3000 a.C.) está entre as mais antigas práticas de medicina documentadas. Para a época, era considerada bastante avançada, abrangendo tratamentos de fraturas, procedimentos cirúrgicos, conhecimentos anatômicos, além de instruções para o uso de medicamentos, entre outros. Esses saberes foram registrados em papiros importantes, como o Edwin Smith, o Ebers, o Hearst e o de Berlim. No entanto, análises modernas indicam que muitas dessas prescrições eram ineficazes ou até prejudiciais à saúde. Magia e religião, contudo, permaneciam profundamente entrelaçadas às concepções de saúde e doença, não havendo uma separação clara entre sacerdotes e médicos, já que ambos recorriam a encantamentos e rituais para afastar forças sobrenaturais, pois a música era vista como um verdadeiro ‘*remédio para a alma*’, integrando práticas de cura conduzidas por curandeiros musicais (Thaut, 2015).

Em outras culturas antigas, como a babilônica, a doença era interpretada como punição divina, e a música era frequentemente utilizada em cerimônias para apaziguar os

deuses e restaurar a saúde (Thaut, 2015). Nesse contexto, as escrituras bíblicas narram como Davi acalmava o Rei Saul por meio da música, pois “sempre que o espírito maligno da parte de Deus vinha sobre Saul, Davi pegava a harpa e tocava com a mão; então Saul se sentia aliviado e melhor, e o espírito maligno se retirava dele” (1 Samuel 16:14-23). De modo semelhante, Podolsky (1954) relata que os gregos Zenócrates, Sarpender e Arion utilizavam o som da harpa para acalmar pessoas em surtos de mania, caracterizados por humor exaltado ou irritável, frequentemente acompanhados de energia excessiva e impulsividade. Nesse cenário, Apolo, uma das divindades mais importantes da mitologia grega e romana, era considerado deus da medicina, como também da música.

Quatro séculos antes de Cristo, Pitágoras elaborou a ideia de que a música, por meio dos intervalos rítmicos e melódicos, poderia exercer poderes curativos quando utilizada adequadamente. Essa relação é ilustrada no curta *Donald no País da Matemática* (1959), no qual o Pato Donald, sendo levado pelo “verdadeiro espírito da aventura” para a Grécia Antiga, aprende por meio de explicações lúdicas sobre como as notas musicais podem ser obtidas pela divisão proporcional de uma corda vibrante. Essa descoberta fundamentou a ideia pitagórica de que a música refletia a harmonia do universo e poderia trazer equilíbrio interior.

Hipócrates (460 a.C. – 370 a.C.), considerado o pai da medicina moderna, foi um dos primeiros a propor que as doenças possuem causas naturais, reconhecendo a influência da música sobre os estados psíquicos e fisiológicos, uma vez que valorizava e recomendava o uso de sons e melodias para promover o bem-estar emocional e aliviar tensões. Contribuindo para esse entendimento, Platão (428 a.C. – 347 a.C.) valorizava a música como meio de harmonização da alma e formação ética, enquanto Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), seu discípulo, destacava o efeito emocional e função purificadora da música. De modo geral, na Grécia Antiga, acreditava-se que a música influenciava diretamente os estados de ânimo, os comportamentos e as virtudes morais (Tyson, 1981).

De acordo com Thaut (2015, p. 8), “Durante a Idade Média (por volta de 500–1450 d.C.), as teorias gregas ainda dominavam a prática da medicina e, conseqüentemente, as visões sobre música na medicina”. Neste cenário, o canto gregoriano era extremamente representativo e estava fortemente vinculado à Igreja. Embora existissem manifestações de música profana associadas à vida cotidiana e ao entretenimento, essas tinham menor

prestígio social em relação à música religiosa. Na Renascença, a música passou a ser valorizada tanto por sua dimensão estética quanto por seu potencial terapêutico. Segundo Leinig (1977), ela foi utilizada como um dos métodos mais eficazes de reabilitação e recreação com fins educativos e terapêuticos, retomando práticas da Grécia Antiga voltadas ao cuidado da saúde física, mental e espiritual.

Entre os séculos XVII e XVIII, durante a transição do Renascimento para o Iluminismo, a Europa vivenciou grandes avanços na ciência e na medicina, impulsionando reflexões mais sistemáticas sobre o uso terapêutico da música. Nesse período, conforme observa Thaut (2015), muitos autores escreveram sobre teorias e métodos terapêuticos relacionados à música e à medicina, embora sem embasamento científico robusto. Além disso, estudos publicados e alguns médicos da época passaram a descrever e prescrever a música como recurso terapêutico, delineando as bases do que, mais tarde, com o avanço dos conhecimentos científicos, seria conhecido como musicoterapia. De acordo com registros, o termo '*music therapy*' (musicoterapia) foi mencionado pela primeira vez em 1789, em um artigo anônimo publicado na revista da *Columbian Magazine*. Nesse artigo, o autor recomendava o uso da música para influenciar e regular os estados emocionais, ressaltando que o equilíbrio emocional estava diretamente relacionado à saúde física.

O reconhecimento oficial da Musicoterapia como prática especializada consolidou-se no século XX, especialmente durante e após a Segunda Guerra Mundial, quando a música passou a ser utilizada de forma sistemática na reabilitação física e emocional de soldados com traumas físicos e emocionais (Tyson, 1981). Nesse período, músicos atuaram em hospitais, contribuindo para a recuperação dos pacientes, principalmente na redução de sintomas associados ao estresse pós-traumático da guerra (Davis et al., 2008). Por meio dessa prática, os médicos perceberam que a música auxiliava no controle da dor, melhorava o humor e contribuía para a recuperação emocional dos soldados.

Tal fato despertou o interesse científico quanto aos efeitos terapêuticos da música. De acordo com Gregory (2002), desde a sistematização da musicoterapia já se realizavam mensurações que buscavam relacionar a influência da música à pressão arterial, aos batimentos cardíacos e ao tônus muscular. Com o passar do tempo, os avanços tecnológicos e metodológicos possibilitaram investigações mais precisas sobre os efeitos da música no

corpo e na mente, evidenciando a influência da prática em diversos aspectos, como funções fisiológicas, relaxamento muscular, metabolismo e percepção da dor (Silva et al., 2023).

Destacando-se como pioneira na área, os Estados Unidos criaram, em 1944, o primeiro curso de Musicoterapia na Universidade Estadual de Michigan (Areias, 2016) e, em 1950, fundaram a *National Association for Music Therapy* (NAMT), com o objetivo de qualificar profissionais e instituir a formação acadêmica na área (Leinig, 1977). Esses acontecimentos foram essenciais para o reconhecimento e a expansão da musicoterapia como profissão, visto que, com a criação de cursos, pesquisas e treinamentos clínicos supervisionados, a prática adquiriu fundamentos científicos, passando a ser reconhecida com credibilidade acadêmica e profissional.

No Brasil, na década de 1950, a educadora musical Liddy Mignone criou um curso no Conservatório Brasileiro de Música (CBM), no Rio de Janeiro, que direcionava educadores musicais para estágios com crianças com deficiência. A notável melhora na reabilitação e na saúde mental dos atendidos impulsionou a demanda por esses profissionais em instituições de inclusão e psiquiatria. Nesse mesmo período, o Hospital Pinel passou a oferecer atividades de musicoterapia, sob coordenação do psiquiatra e músico Dr. Jacques Nirenberg (Barcellos; Santos, 2022).

Segundo a União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM), as Jornadas Latino-Americanas de Musicoterapia, realizadas em 1968, na Argentina, contribuíram para o reconhecimento da musicoterapia na América Latina e no Brasil. Profissionais brasileiras formadas pelo curso de Liddy Mignone, que participaram do evento, desempenharam papel fundamental na divulgação e na consolidação da prática em território nacional. No mesmo ano, foram fundadas, no Brasil, a atual Associação de Musicoterapia do Rio de Janeiro e a atual Associação de Musicoterapia do Rio Grande do Sul. Seguindo essa linha cronológica, o primeiro curso de especialização em musicoterapia no Brasil foi criado em 1970, na Faculdade de Artes do Paraná, seguido pelo primeiro curso de graduação, inaugurado em 1972, no Conservatório Brasileiro de Música, no Rio de Janeiro.

Em 1995, durante o 8º Simpósio Brasileiro de Musicoterapia, foi fundada a União Brasileira das Associações de Musicoterapia, com o objetivo de articular as associações regionais e fortalecer a profissão no país. Desde então, observa-se a ampliação de cursos de

formação, congressos especializados e produções acadêmicas que reforçam a relevância da área em diferentes contextos clínicos, educacionais e sociais. Tais fatos culminaram, décadas depois, na regulamentação oficial da profissão no Brasil, efetivada pela Lei nº 14.842, aprovada pelo Congresso Nacional em março de 2024. A legislação estabelece os critérios de atuação profissional, reconhecendo graduados em Musicoterapia por instituições brasileiras ou estrangeiras (com diploma revalidado), profissionais formados em programas de pós-graduação até dois anos após a promulgação da lei e aqueles que comprovadamente exerceram a função de musicoterapeuta por pelo menos cinco anos antes da nova regulamentação.

Atualmente, a Musicoterapia possui ampla aplicabilidade em diversas áreas, incluindo reabilitação física e neurológica, transtornos do desenvolvimento, saúde mental, atenção a gestantes, geriatria e gerontologia, cuidados paliativos, entre outras, assim como em diferentes contextos sociais, clínicos, educacionais, laborais e organizacionais.

Em síntese, os fragmentos históricos aqui apresentados revelam que a música, para além de uma expressão artística humana, consolidou-se progressivamente como meio terapêutico. Portanto, compreender os marcos históricos dessa jornada ilumina o caminho percorrido, bem como sustenta e legitima a prática contemporânea da musicoterapia, reafirmando sua relevância enquanto campo de saber e de cuidado.

Conclusão

Ao unir música e terapia, conclui-se que a Musicoterapia se configura como uma prática interdisciplinar que integra os benefícios musicais às demandas do cuidado integral à saúde, contemplando dimensões físicas, emocionais, cognitivas, sociais e espirituais. A trajetória histórica dessa prática revela que, desde a Antiguidade, já se reconhecia o potencial terapêutico da música.

Considerando tais aspectos, a consolidação da Musicoterapia como profissão e campo de pesquisa reflete não apenas o avanço do conhecimento científico, mas também a crescente valorização de práticas humanizadas e holísticas no cuidado à saúde. No entanto, apesar dos progressos já alcançados, a definição dessa área ainda é pouco compreendida por grande parte da sociedade. Isso se deve, em parte, ao fato de tratar-se de uma disciplina

relativamente recente em termos de sistematização e reconhecimento profissional. Tal realidade reforça a necessidade de investir na divulgação científica, na formação qualificada de profissionais e na ampliação do debate público sobre os benefícios e aplicações da Musicoterapia.

Caro leitor, foi um prazer compartilhar este passeio histórico contigo, espero que ele continue a inspirar futuras descobertas e práticas, já que a história da musicoterapia se renova a cada geração e período histórico, acompanhando as transformações da sociedade ao passo que reafirma seu lugar entre a arte e a ciência. Sob essa perspectiva, a musicoterapia reafirma um legado milenar: uma arte que, quando conduzida com intencionalidade terapêutica, tem o poder de curar, consolar e transformar.

Referências

AREIAS, J. A música, a saúde e o bem-estar. *Nascer e crescer revista de pediatria do centro hospitalar do porto*, vol XXV, n.º 1. 2016.

APPOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARCELLOS, L. R. M. O Musicoterapeuta na Contemporaneidade. v. 11. n.º 2. *Revista InCantare*, Curitiba, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33871/2317417X.2019.11.2.3757>

BARCELLOS, L. R. M.; Santos, M. A. C. A musicoterapia no Brasil. *Brazilian Journal of Music Therapy*. 2022.

BENZON, Rolando O. *Teoria da Musicoterapia: contribuição ao conhecimento do contexto não-verbal*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

BRASIL. Lei Nº 14.842, 11 abr. 2024. Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta.

BRUSCIA, K. *Definindo Musicoterapia*. v. 3. Copyright: Barcelona publishers, 2016.

DAVIS, William B.; Thaut, Michael H.; Bruscia, Kenneth E. *An Introduction to Music Therapy: Theory and Practice*. 3ª ed., Dubuque, IA: Kendall Hunt Publishing, 2008.

Densmore, F. *The music of the American Indian*. Southern Folklore Quaterly, 1954.

DISNEY. *Donald no País da Matemática*. Direção: Hamilton Luske. Produção: Walt Disney. [S.l.]: Walt Disney Productions, 1959. 1 vídeo (27 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U_ZHsk0-eF0 . Acesso em: 15 jul. 2025.

GREGORY D. Four decades of music therapy behavioral research designs: *a content analysis of Journal of music therapy articles*. *J Music Ther.* 2002. DOI: 10.1093/jmt/39.1.56

LEINIG, C. *Tratado de Musicoterapia*. S. Paulo, Sobral. 1977.

PODOLSKY, E. (Ed). *Music Therapy*. Nova York: Philosophical Library, 1954.

RIBY, L. *Neurociência: Como a música nos cura, mesmo quando a canção é triste*. Disponível em: <https://theconversation.com/neurociencia-como-a-musica-nos-cura-mesmo-quando-a-cancao-e-triste-217766>. Acesso em 15 de jul. 2025.

SILVA, L.; Neves, L.; Pimentel, L.; Silva, M; Silva, W. Musicoterapia no contexto organizacional. *Rage Interdisciplinar- Revista Científica Eletrônica*, v. 01, 2023. Disponível em: <https://unifasc.edu.br/wp-content/uploads/2023/05/15-MUSICOTERAPIA-NO-CONTEXTO-ORGANIZACIONAL.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

THAUT, M. H. *Music as Therapy in Early History*. Progress in brain research, v. 217, 2015.

TYSON, F. *Psychiatry music therapy: Origins and development*. New York: Wiedner & Son, 1981.

UBAM, União Brasileira das Associações de Musicoterapia - *Breve história da Musicoterapia no Brasil*. Disponível em: <https://ubammusicoterapia.com.br/institucional/musicoterapia/historia-no-brasil/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

ZUCKERKANDL, V. *Man the musician*. Princeton: Princeton University Press. p. 7-8. 1976.